

Artigo: Clube-empresa, profissionalismo no futebol

Gestão empresarial é o afastamento do coração de torcedor das decisões financeiras

Leonardo Fragoso e Laís Martins

05/12/2019 - 23:00



A Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência na tramitação do projeto de lei que dispõe sobre a criação do clube-empresa. A proposta é do deputado Pedro Paulo, com apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ambos do DEM-RJ. Segundo o Itaú, a dívida de 27 clubes brasileiros chegou a R\$ 6,779 bilhões em 2018. Estudo da Sportvalue, em maio de 2019, apontou R\$ 6,920,70 bilhões.

A proposta transforma as atuais associações desportivas sem fins lucrativos em clubes-empresas, baseada no fato de que geram grande movimentação financeira. A análise da Consultoria Legislativa mostra que os 19 clubes da Série A em 2018 tinham receita líquida de R\$ 5 bilhões.

As associações desportivas hoje são pessoas jurídicas de direito privado, isentas de Cofins, PIS/Pasep, CSLL, IR e INSS. Os contratos com jogadores são regidos pela Lei Pelé (9.615/98), aplicando a CLT, com luvas, prêmios e direito de arena, que, pagos com habitualidade, incorporam-se à remuneração. A crítica correta que se faz ao atual modelo é a de que os gestores dos clubes não são profissionalizados, mas torcedores e sócios, o que abre brechas para aventureiros e para o agravamento da crise.

Um projeto de lei do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) cria a Sociedade Anônima do Futebol (SAF), com cobrança única de IR, PIS/Pasep, CSLL e Cofins de 5% do faturamento. Os contratos com os jogadores não sofrem alteração. Já o projeto do deputado Pedro Paulo permite ao clube escolher seu modelo entre Sociedade Anônima, Sociedade Limitada ou Associação.

No modelo empresa, jogadores com salários acima de R\$ 11,6 mil podem ser pessoa jurídica, e os demais seguem na Lei Pelé. A vantagem da forma empresarial é a possibilidade de reestruturar dívidas com a aplicação das regras da Lei nº 11.101/2005, com a suspensão das execuções e a negociação de um plano com credores que libera o fluxo de caixa. Todo o passivo é absorvido pela empresa e submetido à recuperação judicial. Os clubes-empresas são comuns no futebol europeu, onde há várias possibilidades, como sociedades anônimas, sociedade de capital aberto e capital fechado.

Na Alemanha, os clubes detêm pelo menos 50% mais 1 das ações, garantindo a soberania na tomada de decisões. O Bayer Leverkusen e o Wolfsburg optaram por continuar com 100%. Já o Bayern de Munique vendeu 25% para Audi, Adidas e Allianz. Na Inglaterra, os clubes podem dispor da totalidade de seus ativos. O Manchester United tem parte das cotas negociadas na Bolsa de Nova York, enquanto o Manchester City pertence à Abu Dhabi United e ao China Media Capital, que sequer têm sede na Europa. O complicado neste panorama é quando uma só empresa se torna dona de clubes concorrentes. A Red Bull, em 2017, classificou dois times para a Champions League: o RB Leipzig e o Salzburg.

Foi o modelo do “clube-empresa” que possibilitou ao Napoli sobreviver ao declarar falência em 2004. Após uma disputa legal, a franquia passou à direção de nova empresa. A situação do também italiano Parma FC, que declarou falência em 2015, foi mais dramática. Não houve proposta de compra para a franquia do clube no processo de falência, mas a venda das atividades e a mudança de nome permitiram que o time recomeçasse disputando a série D da

temporada 2015-16 sob direção de empresários locais e o apoio da torcida. Em duas temporadas, o clube chegou à série B e atraiu o empresário chinês Jiang Lizhang, que adquiriu 60% das cotas. Em 2019, o Napoli encontra-se na 8ª posição na série A.

Investimentos nunca são suficientes sem boa gestão de recursos e ativos. O Milan amarga uma temporada ruim após a disputa de uma dívida entre um fundo chinês, que o adquiriu no último ano, e o americano Elliott, atual controlador. No Brasil, o Figueirense tornou-se exemplo malsucedido de clube-empresa: a holding Elephant encerrou antecipadamente o contrato de 20 anos, deixando o clube com dívidas e incertezas.

O gol do modelo de gestão empresarial no futebol é o afastamento do coração de torcedor das decisões financeiras. Ele abre caminho para o equilíbrio entre a necessidade de resultados esportivos e o não menos importante retorno financeiro. O futebol brasileiro começa a avistar a luz no fim do túnel para sua reestruturação financeira e a volta aos tempos de protagonismo. Resta aguardar e torcer para que a solução proposta pelo Poder Legislativo seja efetiva.

Leonardo Fragoso e Laís Martins são advogados